



Media Capital

RELATÓRIO E CONTAS

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007

GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S. A.

O Conselho de Administração do Grupo Média Capital, SGPS, SA no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o Relatório de Gestão relativo ao primeiro semestre do exercício de 2007.

RELATÓRIO DE GESTÃO CONTAS DO PRIMEIRO SEMESTRE 2007

INTRODUÇÃO

A sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S. A. (“Empresa” ou “Media Capital” ou “Grupo”) tem como único investimento, uma participação de 100% na MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. (“Media Global”). Através desta participação a Empresa detém, indirectamente, participações nas empresas indicadas na Notas 4, 5 e 6 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2007.

As designações completas das empresas incluídas neste relatório têm a devida correspondência no referido anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que são parte integrante deste Relatório Consolidado de Gestão.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da sociedade Grupo Média Capital, SGPS, S.A., foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Na sequência do comunicado de Informação Privilegiada divulgado em 13 de Julho de 2007, relativo ao desenvolvimento em curso de negociações que podem resultar na alienação da sua área de negócios de Outdoors, prosseguida pela sociedade por si dominada Media Capital Outdoors – Publicidade, S.A. (MCO), o segmento de negócio de Publicidade Exterior, foi considerado para efeitos de reporte financeiro, como uma operação detida para venda ou em descontinuação.

As análises e comparações que se apresentam nesta comunicação, foram efectuadas numa base comparável em relação ao período homólogo ajustado, tendo em conta a informação descrita no parágrafo anterior.

As informações financeiras contidas no presente Relatório e Contas não foram sujeitas a auditoria ou a revisão limitada por parte de auditor registado na CMVM, conforme Artigo 8º, nº 3, do Código dos Valores Mobiliários.

RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006**– CONTAS CONSOLIDADAS –****O Grupo Media Capital alcançou um resultado líquido de € 11.4 milhões, um aumento de 13% face ao mesmo período em 2006**

- A Media Capital apresenta um total de proveitos consolidados de € 106.7 milhões, o que representa uma redução de 2% face ao mesmo período do ano anterior, tendo as receitas publicitárias do Grupo registado uma evolução positiva de 1% para os € 84.8 milhões.
- O segmento de Televisão registou um crescimento de 2% nos seus proveitos consolidados para os € 88.8 milhões, com as suas receitas publicitárias a verificarem um ganho de 1% face a igual período de 2006.
- Os custos operacionais registam uma diminuição de 2%, beneficiando das reduções registadas em todos os segmentos no segundo trimestre do ano.
- O EBITDA consolidado manteve-se em linha com o registado no mesmo período do ano anterior, tendo atingido os € 24.9 milhões.
- A margem EBITDA do Grupo Media Capital foi neste período de 23.4%, uma evolução positiva de 0.4 p.p. face ao período homólogo do ano anterior.
- A TVI manteve uma vez mais a liderança nas audiências, quer no total do dia quer no horário nobre, com *shares* médios no universo dos canais de sinal em aberto, de 33.4% e 36.6% respectivamente.

1. Análise às Demonstrações Financeiras Consolidadas

(valores em milhares de €)	6M 07	6M 06	Var %	6M 06 *	T2 07	T2 06	Var %	T2 06 *
Total de Proveitos Operacionais	106.713	108.669	-2%	116.921	59.583	60.454	-1%	65.390
Televisão	88.796	87.248	2%	87.248	49.488	49.661	0%	49.661
Rádio	6.944	7.260	-4%	7.260	4.015	3.804	6%	3.804
Publicidade exterior	-	-	-	8.833	-	-	-	5.170
Outros	10.972	14.162	-23%	13.581	6.080	6.989	-13%	6.755
Total de Custos Operacionais	81.769	83.719	-2%	90.966	42.826	44.770	-4%	48.702
EBITDA	24.943	24.950	0%	25.955	16.757	15.684	7%	16.688
Margem EBITDA	23,4%	23,0%	0,4 pp	22,2%	28,1%	25,9%	2,2 pp	25,5%
Televisão	28.593	28.644	0%	28.644	17.853	17.843	0%	17.843
Rádio	83	7	1093%	7	666	-121	N/A	-121
Publicidade exterior	-	-	-	1.005	-	-	-	1.003
Outros	(3.733)	(3.701)	-1%	(3.701)	(1.762)	(2.038)	14%	(2.038)
Amortizações	5.681	5.094	12%	5.698	2.969	2.535	17%	2.843
Resultados Operacionais (EBIT)	19.262	19.856	-3%	20.257	13.788	13.149	5%	13.845
Resultados Financeiros (líquido)	3.221	3.824	-16%	4.493	1.775	2.815	-37%	3.126
Res. antes de imp. e int. minoritários	16.041	16.032	0%	15.765	12.014	10.334	16%	10.718
Imposto sobre o rendimento	(5.313)	(5.572)	5%	(5.530)	(3.844)	(3.361)	-14%	(3.564)
Res. líquido das operações em continuação	10.728	10.460	3%	10.234	8.170	6.973	17%	7.154
Res. líquido das operações em descontinuação	912	(226)	N/A	-	846	181	367%	-
Interesses minoritários	(284)	(210)	-35%	(210)	(194)	(222)	12%	(222)
Resultado líquido do período	11.356	10.024	13%	10.024	8.821	6.932	27%	6.932

* Para efeitos informativos, é apresentada a demonstração consolidada de resultados excluindo o efeito das operações em descontinuação

No período findo em 30 de Junho de 2007, o Grupo Media Capital registou **proveitos consolidados** de € 106.7 milhões e um **EBITDA** (líquido de todas as provisões) de € 24.9 milhões, em linha com o registado no período homólogo de 2006.

O **Resultado Operacional** (EBIT) registou uma diminuição de 3% para os €19.3 milhões e o **Resultado Líquido** foi de € 11.4 milhões, ou seja um aumento de 13% face ao mesmo período do exercício anterior.

O total de proveitos consolidados registou um ligeiro decréscimo de 2% face ao 1º semestre do ano anterior, tendo as **receitas publicitárias** registado uma evolução positiva de 1% para os € 84.8 milhões, suportadas essencialmente pelo desempenho do segmento de Televisão que registou um crescimento de 1%, tendo o segmento Outros registado um aumento de 13%, enquanto que o segmento de Rádio registou uma diminuição de 4%. De realçar no entanto, o facto de o segmento de Rádio ter no 2º trimestre do ano, invertido a tendência de quebra dos trimestres mais recentes, tendo registado um crescimento de 6% nas suas receitas de publicidade.

As **ventas de revistas** tiveram uma diminuição de 19%, a qual excluído o efeito do fecho da revista Grazia no final de 2006, corresponderia a uma redução de 1% face aos primeiros seis meses do ano anterior, enquanto que os **Outros proveitos** operacionais, registaram uma diminuição de 10% face ao ano anterior, tendo o crescimento verificado no segmento de Televisão, sido insuficiente para compensar a quebra verificada na venda de produtos associados às publicações do Grupo e nos proveitos provenientes do fornecimento de acesso à Internet em banda estreita.

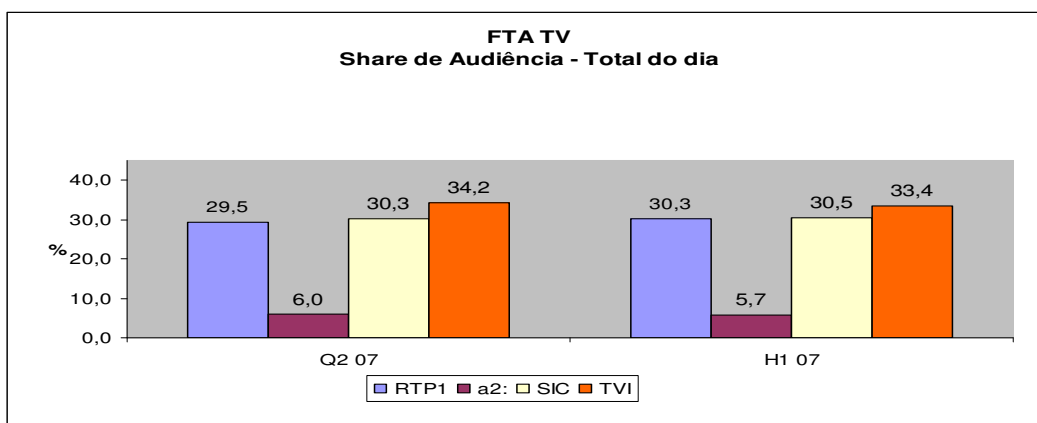
Os **custos operacionais** registaram uma quebra de 2% face ao registado no mesmo período de 2006, com o aumento nos custos no segmento de Televisão, resultante do aumento dos custos com programação, a ser compensado com as reduções nos custos dos restantes segmentos, com particular relevo para os custos associados à venda de produtos nas publicações do Grupo e dos custos variáveis na área de Internet.

Os **custos e perdas financeiros** diminuíram cerca de 16% para os €3.2 milhões, tendo como factor principal desta evolução a melhoria na rubrica de resultados nas empresas associadas do Grupo.

2. Televisão

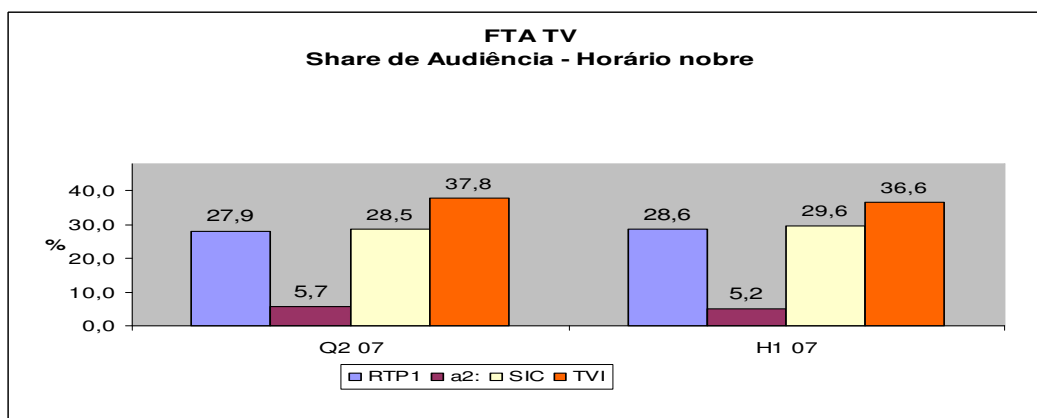
(valores em milhares de €)	6M 07	6M 06	Var %	T2 07	T2 06	Var %
Proveitos Operacionais	88.796	87.248	2%	49.488	49.661	0%
Publicidade	74.657	73.940	1%	42.727	42.729	0%
Outros Proveitos	14.139	13.308	6%	6.761	6.932	-2%
Total de Custos Operacionais	60.203	58.604	3%	31.635	31.818	-1%
EBITDA	28.593	28.644	0%	17.853	17.843	0%
Margem EBITDA	32,2%	32,8%	-0,6 pp	36,1%	35,9%	0,1 pp
Amortizações	3.245	3.069	6%	1.655	1.530	8%
Resultado Operacional (EBIT)	25.348	25.575	-1%	16.197	16.313	-1%

O segmento de Televisão inclui transmissão e produção televisiva, além de actividades não publicitárias relacionadas (incluindo a venda de CD's de música).



Fonte: Marktest

A **TVI voltou a liderar as audiências** de televisão em Portugal no 1º semestre de 2007, tanto no **total do dia**, com um *share* acumulado de **33.4%**, como em no **horário nobre com 36.6%**, tendo liderado em todos os meses do ano, com um desempenho de registo ao longo do 2º trimestre em que melhorou sempre face ao mês anterior, permitindo ampliar a distância que a separa dos restantes operadores de televisão.



Fonte: Marktest

Durante este semestre a TVI continuou também a obter os melhores valores de cobertura de todos os canais, com uma **cobertura diária de 6,3 milhões de espectadores**, sendo que no horário nobre o canal chegou diariamente a um total de 4,7 milhões de portugueses.

Os resultados obtidos neste primeiro semestre pela TVI, representam uma melhoria face ao semestre anterior, e resultam de um crescimento sustentado ao longo do dia, com melhorias no período da manhã e à hora do almoço, bem como no período da tarde, onde a estreia do programa “**As Tarde da Júlia**” tem registado uma boa adesão junto dos espectadores.

Em relação à restante oferta, os destaques do semestre vão para a programação regular de ficção nacional e futebol e ainda para o reality-show do semestre “**A Bela e o Mestre**”. Na oferta de ficção o destaque para a grande estreia do ano, a novela a “**Ilha dos Amores**”, a qual, após 79 emissões, se confirma como o produto regular de maior sucesso na televisão portuguesa durante o ano em curso. Este produto de ficção tem uma adesão média diária de aproximadamente 1,5 milhões de espectadores, com um *share* líder de 44,9% em horário nobre.

No futebol destacaram-se os jogos da BWIN Liga 2006/2007 que terminou em Maio com uma audiência média por transmissão de cerca de 1,5 milhões de espectadores e um *share* de 44,5%, tendo a TVI transmitido ainda o Campeonato da Europa de Sub-21, cujas onze transmissões a partir da Holanda obtiveram um *share* de 40,5%, que correspondeu a aproximadamente 1 milhão de espectadores por jogo.

Em relação ao 1º semestre do ano anterior, o segmento de Televisão registou um crescimento de 1% nas suas **receitas publicitárias**, mantendo a TVI a liderança em termos de quota de mercado de investimento publicitário com uma **quota estimada de aproximadamente 47%**.

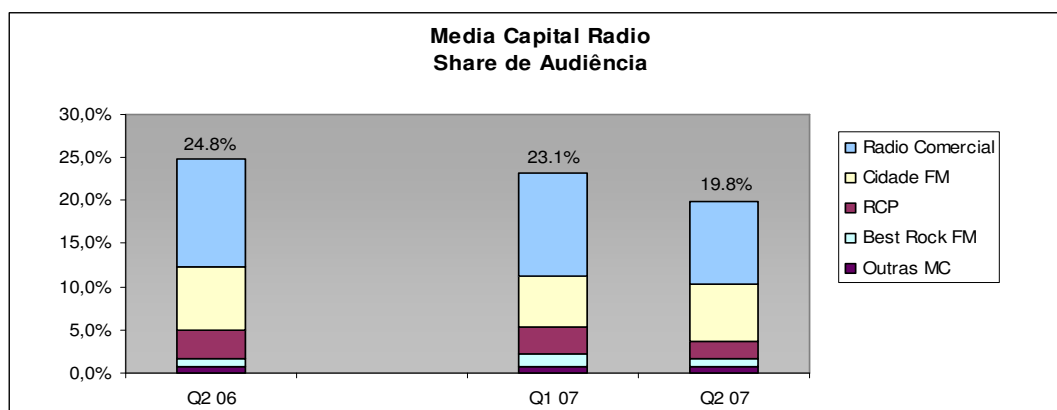
Os **outros proveitos** atingiram um incremento de 6% no período, beneficiando do crescimento nas receitas externas da produtora do Grupo, a NBP, e ainda do crescimento verificado nas receitas na área de produção de eventos, compensando desta forma a quebra de 11% verificada nas vendas de CDs. O peso relativo dos outros proveitos no total de receitas do segmento de Televisão, passou de 15% para 16% no 1º semestre de 2007.

Os **custos operacionais** do segmento de Televisão registaram uma subida de 3%, aumento este justificado pelo crescimento verificado nos custos de programação, em função tanto do aumento dos custos com os programas produzidos internamente, como com os conteúdos externos adquiridos.

O **EBITDA consolidado** do segmento manteve-se praticamente inalterado face aos primeiros seis meses do ano anterior, tendo atingido os € 28.6 milhões, com a **margem EBITDA** a situar-se nos 32.2%, um recuo de 0.6 pp. O **EBIT consolidado** do segmento atingido os € 25.4 milhões, uma descida de 1% em relação ao período homólogo de 2006.

3. Rádio

(valores em milhares de €)	6M 07	6M 06	Var %	T2 07	T2 06	Var %
Proveitos Operacionais	6.944	7.260	-4%	4.015	3.804	6%
Publicidade	6.462	6.700	-4%	3.721	3.500	6%
Outros proveitos	483	559	-14%	294	304	-3%
Total de Custos Operacionais	6.861	7.253	-5%	3.349	3.925	-15%
EBITDA	83	07	N/A	666	(121)	N/A
Margem EBITDA	1,2%	0,1%	1,1 pp	16,6%	-3,2%	19,8 pp
Amortizações	1.031	909	13%	572	447	28%
Resultado Operacional (EBIT)	(947)	(902)	-5%	94	(569)	N/A



Fonte: Markttest

A Media Capital Rádios (MCR) atingiu no 2º trimestre de 2007, um *share* de audiência de 19.8% o que compara com os 23.1% obtidos no primeiro trimestre de 2007, e com os 24.8% obtidos no mesmo período do ano anterior.

Num 2º trimestre em que se verificou uma redução de cerca de 100.000 ouvintes de rádio em Portugal (correspondendo a uma quebra de cerca de 1.2 pp) face ao trimestre anterior, a MCR mantém a sua posição como segundo Grupo de Rádio em Portugal, ainda que tenha visto a diferença que a separa para o grupo líder aumentar neste último trimestre. A **Rádio Comercial** manteve neste período, a terceira posição nas audiências de rádio com um *share* de audiência de 9.5%, tendo a **Cidade FM** reforçado o seu *share* de audiência e a sua liderança junto dos ouvintes mais jovens (15 – 24 anos).

No **Rádio Clube** (RCP), a estreia de um novo formato mais generalista, de informação e entretenimento, no primeiro trimestre do ano, implicou a total reformulação do auditório face ao anterior formato, apresentando-se como normal que a audiência baixe no imediato, enquanto os antigos ouvintes saem e os novos não chegam. Consciente de que o relançamento do RCP é uma aposta a prazo, a MCR irá continuar a investir na comunicação da nova rádio com campanhas publicitárias para promover os seus formatos.

O mês de Abril trouxe o lançamento de um novo formato, a rádio **M80**, um formato musical de sucesso em Espanha assente nos maiores êxitos dos anos 70, 80 e 90, e dirigido aos ouvintes entre os 35 e os 55. Este formato iniciou emissões com cobertura na Grande Lisboa e Grande Porto devendo também alargar a sua presença na zona Centro com emissores em Coimbra e Santarém. Ainda em Abril, foi reformulada a **Romântica FM**, um formato musical antigo da MCR com música romântica em língua Portuguesa, estando previstas para ambas as marcas, diversas ações de promoção no decorrer dos próximos meses.

As **receitas publicitárias** da MCR recuaram 4% face a idêntico período do ano anterior, sendo no entanto de salientar, tal como mencionado anteriormente, a inversão da tendência verificada em nos trimestres anteriores, ao obter um crescimento de 6% nas suas receitas publicitárias neste 2º trimestre de 2007.

Os **custos operacionais** registaram uma diminuição de 5%, com o aumento nos custos com o pessoal, com ao reforço do quadro editorial do RCP na sequência da sua reformulação, a ser compensado por uma redução dos custos de marketing e publicidade neste 1º semestre de 2007.

O **EBITDA consolidado** do segmento de Rádio atingiu os € 0.1 milhões, tendo o **EBIT consolidado** do segmento, recuado para os € -0.9 milhões neste 1º semestre de 2007.

4. Outros

(valores em milhares de €)	6M07	6M06	Var %	6M06*	T207	T206	Var %	T206*
Proveitos Operacionais	10.972	14.162	-23%	13.581	6.080	6.989	-13%	6.755
Publicidade	3.634	3.208	13%	2.809	1.899	1.626	17%	1.487
Assinaturas e vendas em banca	3.051	3.770	-19%	3.770	1.635	1.948	-16%	1.948
Outros proveitos operacionais	4.287	7.185	-40%	7.002	2.546	3.415	-25%	3.319
Total de Custos Operacionais	14.705	17.863	-18%	17.281	7.842	9.027	-13%	8.792
EBITDA	(3.733)	(3.701)	-1%	(3.701)	(1.762)	(2.038)	14%	(2.038)
Amortizações	1.405	1.116	26%	1.116	741	557	33%	557
Resultado Operacional (EBIT)	(5.139)	(4.816)	-7%	(4.816)	(2.503)	(2.595)	4%	(2.595)

A área de Internet, publicação de revistas, custos centrais da Holding e ajustamentos de consolidação estão incluídos neste segmento.

As **receitas publicitárias** deste segmento registaram um crescimento de 13% neste 1º semestre de 2007, com a continuação do forte desempenho da rede de sites de Internet do Grupo, o qual compensou a redução verificada em alguns dos títulos do Grupo e em particular o impacto do fecho da revista Grazia no final de 2006.

Excluindo o impacto do encerramento da revista Grazia, as **assinaturas e vendas em banca** teriam registado uma quebra de 1%, reflectindo principalmente a descida das vendas em banca verificada na revista Lux Woman no decorrer do 1º trimestre.

Os **outros proveitos operacionais** registaram uma diminuição de 40%, mantendo-se a já esperada tendência de quebra no número de utilizadores activos e nos minutos utilizados no *Internet Service Provider*, bem como à redução significativa na venda de produtos associados nos principais títulos do Grupo.

A redução de 18% nos **custos operacionais** deste segmento, resulta no fundamental da redução dos custos directos relacionados com a venda de produtos associados nas revistas do Grupo e os custos directos dos títulos encerrados, a redução dos custos variáveis na área de Internet e ainda a diminuição dos custos de marketing do segmento.

O **EBITDA** do segmento manteve-se praticamente em linha com o registado nos mesmo período do ano anterior, tendo sido de € -3.7 milhões neste 1º semestre de 2007, com o EBIT do segmento a atingir neste mesmo período os € -5.1 milhões.

5. Cash flow

(valores em milhares de €)	6M 07	6M 06	Var %	T2 07	T2 06	Var %
Actividades Operacionais:						
Recebimentos	144.208	149.341	-3%	92.178	84.095	10%
Pagamentos	(135.597)	(122.059)	11%	(72.909)	(62.347)	17%
Fluxos das actividades operacionais (1)	8.611	27.282	-68%	19.269	21.748	-11%
Actividades de Investimento:						
Recebimentos	117	81	44%	86	75	16%
Pagamentos	(7.043)	(6.457)	9%	(2.404)	(3.601)	-33%
Fluxos das act. de investimento (2)	(6.926)	(6.376)	-9%	(2.318)	(3.527)	34%
Actividades de Financiamento:						
Recebimentos	102.426	264	38726%	2.280	(2.300)	N/A
Pagamentos	(103.190)	(21.719)	375%	(12.546)	(16.023)	-22%
Fluxos das act. de financiamento (3)	(764)	(21.455)	96%	(10.267)	(18.322)	44%
Var. de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	921	(548)		6.684	(101)	
Caixa e seus equivalentes no início do período	8.611	3.608		2.848	3.160	
Caixa e seus equivalentes no final do período	9.532	3.059		9.532	3.059	

O **cash flow das actividades operacionais** diminuiu para os € 8.6 milhões neste 1º semestre de 2007, em resultado da conjugação de uma diminuição a nível de recebimentos e um aumento de pagamentos. A diminuição de 3% nos recebimentos operacionais, resulta acima de tudo da atribuição de descontos de volume anuais a anunciantes estar a ser efectuada de forma mais rápida quando comparada com o mesmo período do ano anterior. No caso do acréscimo de 11% nos pagamentos, o mesmo resulta na sua maior parte de adiantamentos sobre responsabilidades assumidas com aquisição de conteúdos a serem emitidos futuramente, tendo adicionalmente, sido adiados alguns pagamentos do final do ano de 2006 para os primeiros meses de 2007 em virtude de uma gestão de tesouraria mais rigorosa.

O **cash flow das actividades de investimento** aumentou para os € 7.5 milhões em virtude do reforço da posição accionista na área de produção do Grupo (NBP), bem como pela constituição de um novo negócio na área de entretenimento.

O **cash flow das actividades de financiamento** resulta da reestruturação levada a cabo na estrutura da dívida do Grupo, tendo o contrato de empréstimo sindicado existente sido reembolsado na íntegra durante o primeiro trimestre do ano e substituído por um programa de emissão de Papel Comercial com entidades bancárias nacionais.

6. Endividamento

(valores em milhares de €)	Jun-07	Dez-06	Varição	Var %
Total Dívida Grupo	85.036	79.667	5.331	7%
Empréstimos Bancários / Papel Comercial	76.523	71.397	5.126	7%
Outro endividamento	8.431	8.227	204	2%
Endividamento das operações descontinuadas	82	43	38	88%

O endividamento total do Grupo Media Capital teve um aumento de € 5.3 milhões no 1º semestre de 2007, acréscimo que resulta no essencial, da já mencionada reestruturação da estrutura de endividamento do Grupo. O **endividamento total líquido** do Grupo era no final de Junho de 2007 de **€ 75.9 milhões**, que comparam com € 71.5 milhões no final de 2006, ou seja um acréscimo de 6% nesse mesmo endividamento.

RESULTADOS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007**– CONTAS INDIVIDUAIS –**

Estas demonstrações financeiras individuais, foram elaboradas de acordo as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), tal como adoptadas pela União Europeia, e com as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”).

A adopção das IFRS ocorreu pela primeira vez em 2006, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo foi fixada em 1 de Janeiro de 2005, de acordo com o disposto na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”).

O resultado líquido apurado no semestre findo em 30 de Junho de 2007 foi de 2.214.064 Euros negativos que compara com um prejuízo de 958.808 Euros face a igual período de 2006. Esta variação negativa fica a dever-se, em grande parte, a aumento dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com pessoal resultante da transferência das pessoas que compõem o Centro Corporativo para o Grupo Media Capital no 2º semestre de 2006.

DISPOSIÇÕES LEGAIS

Acções próprias

Nos termos do art. 66º do Código das Sociedades Comerciais informamos que durante o primeiro semestre de 2007 não foram adquiridas acções próprias, pelo que em 30 de Junho de 2007 não eram detidas quaisquer acções próprias.

Anexo a que se refere o art. 448º do Código das Sociedades Comerciais

Nos termos do artigo supracitado, comunicamos o número de acções detidas, a 30 de Junho de 2007, pelos accionistas que informaram ser titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital:

- Vertex SGPS, S.A. (62.287.904 acções, 73,70% do capital social)

Lista de Participações Qualificadas (conhecidas a 30 de Junho de 2007)

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do N.º 1 do artigo 9º do Regulamento da CMVM N.º 4/2004, comunicamos a lista de participações qualificadas:

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Vertex, SGPS, SA	62.287.904	73,70%	73,70%

A Vertex SGPS, SA é detida a 100% pela sociedade Promotora de Informaciones, SA.

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Merril Lynch International	4.889.389	5,79%	5,79%

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Caixa de Aforros de Vigo, Ourense e Pontevedra	3.566.286	4,22%	4,22%

Accionista	Nº de acções detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
UBS AG	2.857.642	3,38%	3,38%

Accionista	Nº de ações detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
J.P. Morgan Securities Ltd.	1.746.161	2,07%	2,07%
J.P. Morgan Asset Management (UK) Ltd.	62.201	0,07%	0,07%
Total J.P. Morgan Chase & Co	1.808.362	2,14%	2,14%

Accionista	Nº de ações detidas	Percentagem do capital social	Percentagem de direitos de voto
Credit Suisse Securities (Europe) Limited	1.697.800	2,01%	2,01%

Valores mobiliários emitidos pela sociedade e detidos pelos órgãos sociais

Nos termos e para os efeitos do disposto no art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, comunicamos as ações detidas pelos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade, com referência a 30 de Junho de 2007.

Membros do Conselho de Administração

	Acções	Nº Títulos 30-06-07	Movimentos em 2007			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário €	
Joaquim Pina Moura		0	0	0	-	-
Manuel Polanco Moreno		0	0	0	-	-
Miguel Gil Peral		0	0	0	-	-
Juan Herrero Abelló		0	0	0	-	-
Jaime Roque de Pinho d' Almeida		0	0	0	-	-
José Lemos		0	0	0	-	-
Juan Luis Cebrián Echarri		0	0	0	-	-
Tirso Olazábal		0	0	0	-	-

Fiscal Único

	Acções	Nº Títulos 30-06-07	Movimentos em 2007			Data
			Aquisições	Alienações	Preço Unitário	
Deloitte & Associados, SROC		0	0	0	-	-

Queluz de Baixo, 11 de Julho de 2007

O Conselho de Administração:

Joaquim Pina Moura (Presidente)

Manuel Polanco Moreno (Vogal)

Miguel Gil Peral (Vogal)

Juan Herrero Abelló (Vogal)

Jaime Roque de Pinho D'Almeida (Vogal)

José Lemos (Vogal)

Juan Luis Cebrián Echarri (Vogal)

Tirso Olazábal (Vogal)

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 e 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2007	2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos tangíveis	8	666.867	30.834
Investimentos financeiros	9	182.518.819	182.518.819
		<u>183.185.686</u>	<u>182.549.653</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes e contas a receber		2.500.980	2.349.342
Outros activos correntes	10	28.395.331	29.077.936
Caixa e seus equivalentes	11	14.617	2.548
Instrumentos financeiros derivados	14	2.805.494	2.805.494
		<u>33.716.422</u>	<u>34.235.320</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>216.902.108</u></u>	<u><u>216.784.973</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	12	7.606.186	7.606.186
Prémio de emissão de acções	12	81.709.213	81.709.213
Reservas	12	20.774.678	1.294.907
Resultados transitados	12	103.973.474	103.973.474
Resultado líquido do período	12	(2.214.063)	19.479.771
Total do capital próprio		<u>211.849.488</u>	<u>214.063.551</u>
PASSIVO:			
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores e contas a pagar		2.198.215	2.174.888
Outros passivos correntes	13	2.854.405	546.534
Total do passivo		<u>5.052.620</u>	<u>2.721.422</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>216.902.108</u></u>	<u><u>216.784.973</u></u>

O anexo faz parte integrante dos balanços em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 e 30 DE JUNHO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Prestações de serviços	4	244.222	-
Outros proveitos operacionais	4	145.724	-
Total de proveitos operacionais		<u>389.946</u>	<u>-</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Fornecimentos e serviços externos		(1.245.449)	(330.253)
Custos com pessoal		(1.022.923)	(339.623)
Amortizações	8	(129.582)	(2.738)
Outros ganhos (custos) operacionais		(5.319)	521
Total de custos operacionais		<u>(2.403.273)</u>	<u>(672.093)</u>
Resultados operacionais		<u>(2.013.327)</u>	<u>(672.093)</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos financeiros, líquidos	5	<u>(198.954)</u>	<u>(286.109)</u>
Resultados antes de impostos		<u>(198.954)</u>	<u>(286.109)</u>
		<u>(2.212.281)</u>	<u>(958.202)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	6	(1.782)	(606)
Resultado líquido do exercício		<u>(2.214.063)</u>	<u>(958.808)</u>
Resultado por acção			
Básico	7	(0,0262)	(0,0113)
Diluído	7	<u>(0,0259)</u>	<u>(0,0112)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações dos resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 30 DE JUNHO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>		
Recebimentos de clientes	7.278	32.245
Pagamentos a fornecedores	(1.773.758)	(507.783)
Pagamentos ao pessoal	(906.452)	(97.229)
Fluxos gerados pelas operações	(2.672.932)	(572.767)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	62.474	(3.560)
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>(2.610.458)</u>	<u>(576.327)</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos concedidos a empresas participadas	2.786.500	771.956
Pagamentos respeitantes a:		
Aquisição de activos tangíveis	(6.314)	-
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>2.780.186</u>	<u>771.956</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>		
Recebimentos respeitantes a:		
Juros e proveitos similares	341	103.905
	<u>341</u>	<u>103.905</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Outras despesas financeiras	(158.000)	(191.450)
	<u>(158.000)</u>	<u>(191.450)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(157.659)</u>	<u>(87.545)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	12.069	108.084
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.548	10.683
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.617	118.767

O anexo faz parte integrante das demonstrações dos fluxos de caixa dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Capital</u>	<u>Prémio de emissão de ações</u>	<u>Reservas</u>	<u>Resultados transitados</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Total do capital próprio</u>
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	7.606.186	82.035.267	1.394.557	104.964.974	(1.317.554)	194.683.430
Aplicação de resultados	-	-	-	(1.317.554)	1.317.554	-
Cobertura de prejuízos	-	(326.054)	-	326.054	-	-
Plano de atribuição de opções de compra de ações	-	-	250.000	-	-	250.000
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	(958.808)	(958.808)
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>7.606.186</u>	<u>81.709.213</u>	<u>1.644.557</u>	<u>103.973.474</u>	<u>(958.808)</u>	<u>193.974.622</u>
Aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-
Cobertura de prejuízos	-	-	-	-	-	-
Plano de atribuição de opções de compra de ações	-	-	(349.650)	-	-	(349.650)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	20.438.579	20.438.579
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>7.606.186</u>	<u>81.709.213</u>	<u>1.294.907</u>	<u>103.973.474</u>	<u>19.479.771</u>	<u>214.063.551</u>
Aplicação de resultados	-	-	19.479.771	-	(19.479.771)	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	(2.214.063)	(2.214.063)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>7.606.186</u>	<u>81.709.213</u>	<u>20.774.678</u>	<u>103.973.474</u>	<u>(2.214.063)</u>	<u>211.849.488</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações consolidadas das alterações do capital próprio dos períodos findos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

Grupo Media Capital, SGPS, S.A. (“Empresa”), constituiu-se em 1992, tendo como actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta do exercício de actividade económica.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de Julho de 2007.

A Empresa encabeça o Grupo Media Capital, que desenvolve as actividades de difusão e produção de programas televisivos e outras actividades de media, de edição, produção e distribuição multimédia de revistas e concepção, produção e difusão de programas radiofónicos.

As acções da Empresa encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, segundo o qual os activos devem ser realizados e os passivos liquidados no decurso normal das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa.

Estas demonstrações financeiras individuais, foram elaboradas de acordo as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adoptadas pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”), para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor.

Estas demonstrações financeiras, por serem demonstrações financeiras intercalares são apresentadas de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

A adopção das IFRS ocorreu pela primeira vez em 2006, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses (“POC”) para esse normativo foi fixada em 1 de Janeiro de 2005, de acordo com o disposto na IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (“IFRS 1”).

2.2 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização destes activos, deduzidos do seu valor residual, como seja mensurável, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a sua vida útil, definida em função da sua utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	4
Outras imobilizações corpóreas	10

2.3 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das perdas de imparidade, quando estas se verificarem. Até 30 de Junho de 2007, não foram identificadas perdas de imparidade.

Os dividendos atribuídos pelas empresas participadas são registados como proveitos financeiros, na medida em que resultem de lucros gerados após a sua aquisição. Os dividendos atribuídos que excedam aqueles lucros são registados como uma diminuição do valor do investimento financeiro.

2.4.2 Clientes, contas a receber e outros activos correntes

As contas a receber e outros activos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes activos é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre o valor nominal e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva. O valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados do período.

2.4.3 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem imediatamente mobilizáveis.

2.4.4 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros a pagar no futuro.

2.4.5 Instrumentos financeiros derivados

A Empresa tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposta.

O recurso à contratação de instrumentos financeiros derivados obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, não sendo política a contratação de instrumentos com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor e classificados no balanço como detidos para negociação, sendo as variações no justo valor registadas na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

2.5 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e periodicamente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças

temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.6 Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

2.7 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do período.

2.8 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2006, segundo as disposições dos IFRS, apresentada em anexo, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração, baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nesta estimativa. Alterações significativas a esta estimativa, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são registadas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto na IAS 8.

4. RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

As receitas operacionais respeitam essencialmente a serviços prestados a empresas participadas.

5. CUSTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos períodos findos em 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006, têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Perdas na valorização de instrumentos derivados	163.786	266.058
Juros suportados	-	1.444
Outros custos financeiros	<u>35.518</u>	<u>18.732</u>
	<u>199.304</u>	<u>286.234</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	341	125
Diferenças de câmbio favoráveis	<u>9</u>	<u>-</u>
	<u>350</u>	<u>125</u>
	<u>(198.954)</u>	<u>(286.109)</u>

6. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

A Empresa encontrava-se sujeita a imposto sobre lucros em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”), à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 27,5%. A partir de 1 de Janeiro de 2007, os Municípios Portugueses podem lançar uma derrama até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Altera-se assim a forma de cálculo de até 10% sobre a colecta para até 1,5% sobre o lucro tributável, resultando a partir de 2007 uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 5%, independentemente da existência de prejuízos fiscais. São ainda tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não facturados a clientes.

Face à sua natureza jurídica e objecto social a Empresa encontra-se abrangida pela legislação fiscal que rege as sociedades gestoras de participações sociais. De acordo com esta legislação, os dividendos recebidos das empresas participadas e os ganhos decorrentes da alienação de participações financeiras não são tributados. Por outro lado, os encargos financeiros incorridos com financiamentos obtidos e utilizados na aquisição de participações financeiras e as perdas originadas na alienação de participações financeiras, não relevam para efeitos fiscais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001, excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2003 a 2007 inclusive poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correcções à matéria colectável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

A reconciliação da taxa de imposto dos exercícios findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é conforme segue:

(a) Reconciliação da taxa de imposto

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Resultados antes de impostos	(2.212.282)	(958.202)
Taxa nominal de imposto	25,00%	27,50%
Imposto estimado	<u>(553.071)</u>	<u>(263.506)</u>
Diferenças permanentes	(247.435)	(207.710)
Imposto diferido activo não realizável	800.506	471.216
Ajustamento à colecta	1.782	606
	<u>1.782</u>	<u>606</u>
Imposto corrente	<u>1.782</u>	<u>606</u>

(b) Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos

	<u>31 de Dezembro de 2006</u>	<u>Constituição</u>	<u>30 de Junho de 2007</u>
Prejuízos fiscais reportáveis	2.722.643	800.506	3.523.149
Instrumentos financeiros derivados	<u>(743.456)</u>	-	<u>(743.456)</u>
	1.979.187	800.506	2.779.693
Estimativa de impostos diferidos não realizáveis	<u>(1.979.187)</u>	<u>(800.506)</u>	<u>(2.779.693)</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

7. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção foram calculados tendo em consideração o seguinte:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado líquido do exercício	(2.214.063)	(958.808)
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo dos resultado líquido por acção básico	84.513.180	84.513.180
Efeito das acções adicionais decorrentes dos planos de incentivos a empregados	803.200	803.200
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>85.551.630</u>	<u>85.316.380</u>
Resultado por acção		
Básico	(0,0262)	(0,0113)
Diluído	(0,0259)	(0,0112)

8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, os activos tangíveis apresentaram o seguinte movimento:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
<u>Valor bruto:</u>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	6.711	50.413	57.124
Aquisições	73.615	5.168	685.503	764.286
Alienações e abates		(838)		(838)
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>73.615</u>	<u>11.041</u>	<u>735.916</u>	<u>820.572</u>
<u>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</u>				
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	-	(3.898)	(22.392)	(26.290)
Reforços	(14.641)	(1.253)	(113.688)	(129.582)
Reduções	2.083	84	-	2.167
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>(12.558)</u>	<u>(5.068)</u>	<u>(136.080)</u>	<u>(153.705)</u>
<u>Valor líquido:</u>				
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2006	-	2.813	28.021	30.834
Valor líquido em 30 de Junho de 2007	<u>61.057</u>	<u>5.973</u>	<u>599.836</u>	<u>666.867</u>

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os períodos findos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, não ocorreram movimentos nos investimentos financeiros, sendo o seu detalhe como se segue:

	Partes de capital em empresas do grupo	Empréstimos de financiamento	Total
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u>142.315.139</u>	<u>40.203.680</u>	<u>182.518.819</u>

Os empréstimos de financiamento, referem-se a prestações acessórias de capital concedidas a empresas participadas, não vencem juros e só poderão ser reembolsadas em conformidade com a legislação em vigor. Esta, essencialmente, indica que o reembolso só será possível se após este, os capitais próprios da participada forem superiores à soma do capital com a reserva legal e prémio de emissão de acções.

Em 30 de Junho de 2007, os investimentos financeiros em empresas do grupo respeitavam ao investimento na Meglo – Media Global, SGPS, S.A., cuja sede, activo, capital próprio, proveitos totais e resultado líquido do período eram os seguintes:

Denominação	Sede	Activo total	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado do exercício	Percentagem de participação	Valor de balanço
MEGLO - Media Global, SGPS, S.A. ("Meglo")	Lisboa	478.716.969	61.743.305	17.260.842	10.044.755	100%	182.518.819

10. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Estado e outros entes públicos	1.205.497	948.295
Devedores diversos	26.543	94.105
Contas a receber de partes relacionadas (a)	27.086.813	28.021.911
Pagamentos antecipados	76.478	13.625
	<u>28.395.331</u>	<u>29.077.936</u>

(a) Refere-se essencialmente a uma conta a receber da Meglo – Media Global, SGPS, S.A..

11. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos bancários	13.953	2.359
Caixa	664	189
	<u>14.617</u>	<u>2.548</u>

12. CAPITAL PRÓPRIO

Composição do capital: Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 acções com o valor nominal de nove cêntimos cada.

Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Vértix, SGPS, S.A. (Grupo PRISA)	62.287.904	73,70
Outros, inferiores a 10% do capital	22.225.276	26,30
	-----	-----
	84.513.180	100,00
	=====	=====

Em 9 de Fevereiro de 2007, em resultado da oferta pública de aquisição, a VERTIX passou a deter 73,7% do capital da Empresa.

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados, sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos ou incorporada no capital.

13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Fornecedores de imobilizado	992	1.053
Estado e outros entes públicos	54.634	106.207
Contas a pagar de partes relacionadas (a)	2.766.033	415.903
Outros credores diversos	32.746	23.371
	<u>2.854.405</u>	<u>546.534</u>

(a) Refere-se essencialmente a uma conta a pagar à Media Capital - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A..

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em exercícios anteriores, a Empresa contratou com uma instituição financeira, um equity swap sobre ações próprias, associado ao plano de incentivos a empregados. Aquele instrumento financeiro prevê que sejam adquiridas ações próprias até ao valor máximo de 10.000.000 Euros. Em 30 de Junho de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, aquela instituição financeira tinha adquirido cerca de 1.146.783. Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 o valor de mercado deste instrumento financeiro é positivo e ascende a 2.805.494 Euros.

Este derivado encontra-se avaliado pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas por instituições financeiras. As variações do justo valor foram registadas na demonstração de resultados dos períodos.

15. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

Foram utilizadas em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, as seguintes taxas de câmbio para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Dólar Americano	1,3419	1,31387
Libra Inglesa	0,67562	0,67071

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2007	2006
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Goodwill		148.373.971	174.373.452
Activos intangíveis		10.450.200	11.437.371
Activos tangíveis		32.150.931	37.528.818
Investimentos em associadas		712.599	653.756
Direitos de transmissão de programas televisão		41.865.101	39.541.418
Outros activos não correntes		789.969	541.222
Impostos diferidos activos	11	5.219.132	5.559.195
		<u>239.561.903</u>	<u>269.635.232</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Direitos de transmissão de programas televisão		10.222.052	4.630.125
Existências		1.761.633	1.956.592
Clientes e contas a receber		38.811.631	46.304.761
Outros activos correntes		13.200.905	14.697.905
Caixa e seus equivalentes	14	9.178.433	8.611.255
Instrumentos financeiros derivados	19	2.805.494	2.805.494
		<u>75.980.148</u>	<u>79.006.132</u>
Activos afectos a operações em descontinuação	13	38.739.338	-
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>354.281.389</u></u>	<u><u>348.641.364</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO, INTERESSES MINORITÁRIOS E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	15	7.606.186	7.606.186
Prémio de emissão de acções		81.709.213	81.709.213
Reservas		25.903.074	10.502.675
Resultados transitados		28.593.409	28.593.409
Resultado líquido do período		11.355.869	15.400.399
Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários		<u>155.167.751</u>	<u>143.811.882</u>
Capital atribuível a interesses minoritários	16	2.678.404	3.036.028
Total do Capital Próprio		<u>157.846.155</u>	<u>146.847.910</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos	17	77.797.377	49.948.887
Provisões		5.048.933	6.039.314
Outros passivos não correntes	18	486.397	3.142.909
Instrumentos financeiros derivados	19	51.764	184.302
Impostos diferidos passivos	11	551.107	894.479
		<u>83.935.578</u>	<u>60.209.891</u>
PASSIVO CORRENTE			
Empréstimos	17	6.586.034	28.869.999
Fornecedores e contas a pagar		72.016.401	83.018.858
Outros passivos correntes		25.992.588	29.694.706
		<u>104.595.023</u>	<u>141.583.563</u>
Passivos afectos a operações em descontinuação	13	7.904.633	-
Total do Passivo		<u>196.435.234</u>	<u>201.793.454</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>354.281.389</u></u>	<u><u>348.641.364</u></u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006.

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>OPERAÇÕES EM CONTINUAÇÃO</u>			
<u>PROVEITOS OPERACIONAIS:</u>			
Vendas	9	9.430.397	12.157.243
Prestações de serviços	9	88.886.390	89.472.920
Outros proveitos operacionais	9	<u>8.396.048</u>	<u>7.039.269</u>
Total de proveitos operacionais		<u>106.712.835</u>	<u>108.669.432</u>
<u>CUSTOS OPERACIONAIS:</u>			
Custo dos programas emitidos e das mercadorias vendidas		(16.353.779)	(19.391.405)
Fornecimentos e serviços externos		(38.613.121)	(39.605.513)
Custos com pessoal		(25.835.342)	(23.768.745)
Amortizações		(5.681.099)	(5.093.580)
Provisões e perdas de imparidade		(116.863)	(285.969)
Outros custos operacionais		<u>(850.335)</u>	<u>(667.778)</u>
Total de custos operacionais		<u>(87.450.539)</u>	<u>(88.812.990)</u>
Resultados operacionais		<u>19.262.296</u>	<u>19.856.442</u>
<u>RESULTADOS FINANCEIROS:</u>			
Custos financeiros líquidos	10	(3.171.748)	(2.866.494)
Ganhos e perdas em empresas associadas		<u>(49.701)</u>	<u>(957.550)</u>
Resultados antes de impostos		<u>(3.221.449)</u>	<u>(3.824.044)</u>
		<u>16.040.847</u>	<u>16.032.398</u>
Imposto sobre o rendimento do semestre	11	(5.313.306)	(5.572.012)
Resultado consolidado líquido das operações em continuação		<u>10.727.541</u>	<u>10.460.386</u>
Resultado das operações em descontinuação	13	912.491	(226.197)
Resultado consolidado líquido		<u>11.640.032</u>	<u>10.234.189</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		11.355.869	10.023.968
Interesses minoritários	16	<u>284.163</u>	<u>210.221</u>
Resultado por acção das operações em continuação e descontinuação			
Básico	12	0,1377	0,1211
Diluído	12	<u>0,1364</u>	<u>0,1200</u>
Resultado por acção das operações em continuação			
Básico	12	0,1269	0,1238
Diluído	12	<u>0,1257</u>	<u>0,1226</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.
 DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006
 (Montantes expressos em Euros)

	Notas	2007	2006
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		144.208.155	149.340.549
Pagamentos a fornecedores		(84.187.669)	(70.448.650)
Pagamentos ao pessoal		<u>(25.671.451)</u>	<u>(26.259.682)</u>
Fluxos gerados pelas operações		34.349.035	52.632.217
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional		<u>(25.737.836)</u>	<u>(25.350.180)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>8.611.199</u>	<u>27.282.037</u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Vendas de activos tangíveis		63.723	28.384
Dividendos		53.025	52.800
		<u>116.748</u>	<u>81.184</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de investimentos financeiros		(2.770.460)	(1.137.222)
Aquisição de activos tangíveis		(4.272.094)	(4.734.254)
Empréstimos concedidos a empresas participadas		-	(585.256)
		<u>(7.042.554)</u>	<u>(6.456.732)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(6.925.806)</u>	<u>(6.375.548)</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos		102.201.000	-
Juros e proveitos similares		224.794	263.810
		<u>102.425.794</u>	<u>263.810</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(99.165.128)	(16.877.805)
Amortização de contratos de locação financeira		(575.961)	(752.174)
Juros e custos similares		(3.078.459)	(2.597.945)
Outras despesas financeiras		<u>(370.539)</u>	<u>(1.490.679)</u>
		<u>(103.190.087)</u>	<u>(21.718.603)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(764.293)</u>	<u>(21.454.793)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		921.100	(548.304)
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	8.611.255	3.607.670
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	9.532.355	3.059.366

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GRUPO MEDIA CAPITAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em Euros)

	Capital próprio atribuível aos accionistas maioritários					Capital próprio atribuível a interesses minoritários	Total do capital próprio	
	Capital	Prémio de emissão de acções	Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido			Total
Saldo em 31.12.2005	7.606.186	82.035.267	10.602.325	15.254.220	13.013.135	128.511.133	2.857.764	131.368.897
Aplicação de resultados	-	(326.054)	-	13.339.189	(13.013.135)	-	-	-
Valor de mercado das opções de compra de acções	-	-	250.000	-	-	250.000	(3.055)	246.945
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	10.023.968	10.023.968	210.221	10.234.189
Saldo em 30.06.2006	7.606.186	81.709.213	10.852.325	28.593.409	10.023.968	138.785.101	3.064.930	141.850.031
Alteração de perímetro de consolidação e aquisição de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	(16.704)	(16.704)
Valor de mercado das opções de compra de acções	-	-	(349.650)	-	-	(349.650)	3.055	(346.595)
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	5.376.431	5.376.431	(15.253)	5.361.178
Saldo em 31.12.2006	7.606.186	81.709.213	10.502.675	28.593.409	15.400.399	143.811.882	3.036.028	146.847.910
Aplicação de resultados	-	-	15.400.399	-	(15.400.399)	-	-	-
Alteração de perímetro de consolidação e aquisição de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	(641.787)	(641.787)
Resultado consolidado líquido do semestre	-	-	-	-	11.355.869	11.355.869	284.163	11.640.032
Saldo em 30.06.2007	7.606.186	81.709.213	25.903.074	28.593.409	11.355.869	155.167.751	2.678.404	157.846.155

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NOTA INTRODUTÓRIA

O GRUPO MÉDIA CAPITAL, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Media Capital”), foi constituído em 1992 e, através das suas empresas participadas e associadas (“Grupo” ou “Grupo Media Capital”), desenvolve as actividades de difusão e produção de programas televisivos e outras actividades de media, de edição, produção e distribuição multimédia de revistas e concepção, realização, produção e difusão de programas radiofónicos.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 11 de Julho de 2007.

As acções da Media Capital encontram-se cotadas na Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

O Grupo opera essencialmente no sector de media em Portugal, estando presente nos negócios de televisão, rádio, imprensa, *outdoor* e Internet. Encontra-se também presente em negócios que têm sinergias com os media, como a produção de conteúdos de televisão, a edição discográfica, a distribuição de direitos cinematográficos, a realização de eventos, a organização de feiras e exposições empresariais.

A actividade de difusão de programas televisivos é efectuada pela TVI – Televisão Independente, S.A. (“TVI”), no âmbito da licença de exploração da actividade de televisão. A produção de parte dos conteúdos televisivos difundidos pela TVI, é assegurada pelo Grupo NBP, encabeçado pela NBP – Produção em Vídeo, S.A. (“NBP”) e incluindo a Fealmar – Empresa Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. (“FEALMAR”).

A MCR – Sociedade Unipessoal, S.A. (“MCR”) é a *sub-holding* do Grupo para a actividade radiofónica e detém as empresas Rádio Comercial, S.A. (“COMERCIAL”), R. Cidade, S.A. (“CIDADE”), Rádio Regional de Lisboa, S.A. (“REGIONAL”) e Rádio XXI, Lda. (“RADIO XXI”), detentoras dos alvarás para o exercício de radiodifusão sonora.

A Media Capital Outdoor – Publicidade, S.A. (“MC OUTDOOR”) é a *sub-holding* para a publicidade exterior, dispondo as empresas participadas de mais de 14 mil posições em todos os segmentos de mercado: publicidade em transportes, mobiliário urbano e posições fixas. Detém, adicionalmente, a exploração de ecrãs televisivos nas estações do Metro de Lisboa, sob a marca MCO TV. Em 30 de Junho de 2007, este negócio encontrava-se em processo de alienação pelo que foi classificado nas demonstrações financeiras consolidadas como operação em descontinuação (Nota 13).

A Media Capital Edições, S.A. (“MCE”) desenvolve a actividade de publicação e distribuição de revistas no mercado.

A Media Capital – Editora Multimédia, S.A. (“MULTIMÉDIA”) e a Media Capital Telecomunicações, S.A. (“MCT”) são as empresas que actuam no segmento da Internet, suportadas pelo portal www.iol.pt.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Media Capital foram elaboradas de acordo as *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), tal como adoptadas pela União Europeia, e com as interpretações do *International Financial Reporting Interpretation Committee* (“IFRIC”). Estas demonstrações financeiras consolidadas, por serem demonstrações financeiras intercalares são apresentadas de acordo com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

2.2 Princípios de consolidação

Os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo são os seguintes:

a) Empresas controladas

As participações financeiras em empresas controladas, isto é, nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado separadamente no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses minoritários". As empresas incluídas na consolidação encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o respectivo interesse no capital próprio da empresa controlada, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a empresa subsidiária, subseqüentemente, reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos, passivos e passivos contingentes de empresas controladas são identificados ao seu justo valor na data de aquisição, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos líquidos adquiridos é reconhecido como *goodwill* (Nota 2.3.)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como resultado do período. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição, ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (aquelas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o seu controlo individual ou conjuntamente – geralmente investimentos representando entre os 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de ganhos e perdas financeiros, e por outras variações ocorridas nos activos e passivos adquiridos. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso do investimento nelas efectuado, não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada, ou para com os seus credores.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis da empresa associada na data de aquisição, é reconhecido como *goodwill* e registado como valor de investimento financeiro em associadas. Caso o justo valor dos activos líquidos identificáveis seja superior ao custo de aquisição a diferença é registada como proveito do período.

É feita uma avaliação periódica dos investimentos em empresas associadas no sentido de verificar se existem perdas por imparidade. Estas são registadas como custo do período em que ocorrem.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Investimentos financeiros em outras empresas

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas participadas em menos de 20% foram valorizados ao custo de aquisição, ou pelo seu valor estimado de realização.

2.3 Goodwill

O *goodwill* representa o excesso de custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma empresa controlada, na respectiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido no IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Decorrente da excepção prevista no IFRS 1, o Grupo aplicou as disposições do IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de Janeiro de 2004. Os valores de *goodwill* correspondentes a aquisições anteriores a esta data foram mantidos, ao invés de serem recalculados de acordo com o IFRS 3, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

De acordo com o IFRS 3, o *goodwill* não está sujeito a amortização, sendo as perdas de imparidade registadas na demonstração de resultados do período na rubrica de “Provisões e perdas por imparidade”. Estas perdas de imparidade não podem ser revertidas.

Para efeitos da análise de imparidade, o *goodwill* é alocado às unidades geradoras de caixa do Grupo, para as quais seja expectável existirem benefícios com as sinergias criadas com a aquisição dos investimentos. A análise de imparidade é efectuada anualmente, ou antes, caso se verifique a necessidade, para cada unidade geradora de caixa. Caso o valor recuperável da unidade geradora de caixa seja inferior ao seu valor contabilístico, a diferença é alocada primeiro ao *goodwill*, e depois é alocado ao valor contabilístico dos activos da unidade, proporcionalmente ao valor de cada activo afecto àquela unidade.

Na alienação de uma empresa controlada ou associada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

2.4 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas de imparidade acumuladas, se aplicável. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa definir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, em que esses activos intangíveis geram benefícios económicos futuros.

2.5 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e de perdas de imparidade acumuladas, se aplicável.

Considera-se como custo de aquisição, o preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, estimativa dos custos de desmantelamento, remoção dos activos e requalificação do local.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao custo do activo respectivo, por contrapartida de resultados do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. Os custos de valor significativo incorridos com renovações ou melhorias dos activos tangíveis, são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao activo, e quando possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os activos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

A partir do momento que determinados bens tangíveis passam a ser detidos para venda, cessa a respectiva amortização, e passam a ser classificados como activos não correntes disponíveis para venda. Os ganhos e perdas nas alienações de activos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o valor ao

qual estão registados, são registados em resultados nas rubricas “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

Os activos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos. A amortização destes activos, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos activos, definida em função da utilidade esperada.

As taxas de amortização praticadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	6 - 15
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	3 - 10
Equipamento administrativo	3 - 10
Outras imobilizações corpóreas	3 - 10

2.6 Leasing

a) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos segundo contratos de locação são registados como *leasing* financeiro, caso sejam transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. Os activos são registados ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do valor de mercado do activo na data do contrato, por contrapartida da correspondente responsabilidade, registada em empréstimos, no passivo. Os activos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades e os juros são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados no período em que são devidos.

b) Locação operacional

Quando um contrato de locação é classificado como locação operacional, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados, numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7 Direitos de transmissão de programas de televisão

Os direitos de transmissão de programas correspondem essencialmente a contratos ou acordos celebrados com terceiros para exibição de filmes, séries e outros programas de televisão e incluem direitos adquiridos e custos incorridos com produção de programas. O custo de programas é registado na demonstração de resultados no momento em que os mesmos são exibidos, tendo em consideração o número de exibições estimado e os benefícios estimados de cada exibição.

Estes activos são sujeitos a revisões anuais de imparidade, sempre que ocorram alterações ou situações que indiquem que o valor contabilístico é superior ao valor de realização, registando-se as respectivas perdas de imparidade.

Os direitos adquiridos a terceiros para a transmissão de programas são registados como activos ao custo de aquisição, a partir do momento em que o Grupo passe a controlar estes direitos e tenha assumido os riscos e benefícios associados aos respectivos conteúdos.

2.8 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (ou grupo de activos afectos a operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda e são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a venda.

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda se o seu valor contabilístico for recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata nas condições presentes e o Grupo tenha assumido a intenção de vender. Adicionalmente, a venda deverá ser expectável que ocorra no prazo de doze meses, após a data de classificação nesta

rubrica. Durante o semestre findo em Junho de 2007 o Grupo destacou o segmento “Outdoors” como operação em descontinuação (Nota 13).

2.9 Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data do balanço, ou que são expectáveis que se realizem no decurso normal das operações, ou ainda que são detidos com a intenção de transacção, são classificados, respectivamente, no activo e no passivo como correntes. Todos os restantes activos e passivos são considerados como não correntes.

2.10 Instrumentos financeiros

2.10.1 Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando-se o custo médio como método de custeio. A diferença entre o custo e o valor de realização das existências, no caso deste último ser inferior ao primeiro, é considerada como uma perda de imparidade.

2.10.2 Clientes, contas a receber e outros activos correntes

As contas a receber e outros activos correntes são reconhecidos inicialmente pelo seu valor nominal e são apresentados deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A perda por imparidade destes activos é registada quando existe evidência objectiva de que não se irão cobrar todos os montantes devidos, de acordo com os termos originalmente estabelecidos para liquidação das dívidas de terceiros. O montante da perda corresponde à diferença entre a quantia registada e o valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efectiva. O valor da perda é reconhecido na demonstração de resultados do período.

2.10.3 Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “Empréstimos”, no balanço.

2.10.4 Fornecedores, contas a pagar e outros passivos correntes

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros a pagar no futuro.

2.10.5 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, líquido dos custos de transacção incorridos. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado, sendo que, qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transacção) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período dos empréstimos usando o método da taxa de juro efectiva.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que exista o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data do balanço.

2.10.6 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objectivo de efectuar cobertura dos riscos financeiros a que se encontra exposto, essencialmente decorrentes de variações de taxa de juro.

O recurso à contratação de instrumentos financeiros derivados obedece às políticas internas definidas pelo Conselho de Administração, não sendo política a contratação de instrumentos com objectivos especulativos.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor e classificados no balanço como detidos para negociação, sendo as variações no justo valor registadas na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

2.11 Rédito e especialização dos exercícios

As vendas referem-se principalmente à venda de CD's, revistas e produtos associados a estas e são reconhecidas na demonstração de resultados, quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos é razoavelmente quantificado. As devoluções de CD's, revistas e outros produtos não vendidos, são registadas como uma redução das vendas, no período a que dizem respeito. Os proveitos resultantes da subscrição de revistas são diferidos ao longo do período de subscrição.

As prestações de serviços incluem essencialmente a venda de espaço publicitário e são registadas no período em que a publicidade é emitida ou publicada. O desconto de quantidade concedido, é registado no período a que respeita, como redução das prestações de serviços.

Os proveitos e os custos relativos à prestação de serviços de acesso à Internet são registados no período em que os acessos são efectuados.

Os outros proveitos referem-se essencialmente à prestação de serviços de apoio à produção de novelas e séries televisivas, receita resultante de serviços de mensagens escritas de programas de televisão, exibição e venda de imagens e são reconhecidos quando o serviço é prestado.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujos valores não sejam conhecidos são estimados.

2.12 Provisões, passivos e activos contingentes

As provisões são registadas quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, seja provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos e o montante da referida obrigação seja estimada com fiabilidade.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando existe um plano detalhado e formalizado, identificando as suas principais características e após terem sido comunicados esses factos às partes envolvidas. O valor da provisão é revisto e ajustado a cada data do balanço, de modo a reflectir a melhor estimativa nesse momento. Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, a provisão não é registada e procede-se à divulgação do evento como um passivo contingente, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Quando existe a possibilidade de um activo decorrente de eventos passados, cuja existência dependa da ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos que não estão completamente sob o controlo da empresa, é divulgado o benefício económico como activo contingente.

2.13 Imparidade de activos não correntes, excluindo goodwill

São efectuados testes anuais de imparidade e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias, que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Provisões e perdas de imparidade".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, inerentes ao uso continuado do activo e da sua alienação no final da

sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual pertence o activo.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que essas perdas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização), caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em períodos anteriores.

2.14 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é composto por imposto corrente e imposto diferido.

O Grupo encontra-se abrangido pelo regime especial de tributação de grupos de sociedades, que abrange todas as empresas em que a MEGLO – Media Global, SGPS, S.A. (“MÉDIA GLOBAL”) detém uma participação, directa ou indirecta em pelo menos 90% do respectivo capital e que reúnam as condições necessárias à sua inclusão neste regime. Estas condições passam por as empresas serem residentes em Portugal e tributadas pelo regime geral em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), além de existirem critérios de existência, ou não, de prejuízos fiscais em exercícios anteriores à entrada no regime.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor, ou anunciadas estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15 Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data de balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do período.

2.16 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a essa data, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de balanço, que proporcionem informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2007 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face àquelas consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2006, segundo as disposições dos IFRS, apresentada em anexo, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, o Conselho de Administração, baseou-se no conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes e em pressupostos relativos a eventos futuros para determinar as estimativas contabilísticas.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas do semestre findo em 30 de Junho de 2007 foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer eventos em períodos subsequentes que, em virtude da sua tempestividade, não foram considerados nestas estimativas. Alterações significativas a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registadas em resultados de forma prospectiva em conformidade com o disposto no IAS 8.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação pelo método de integração global, suas sedes sociais e proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.2007	31.12.2006
Grupo Media Capital, SGPS, S.A.	Barcarena	Mãe	Mãe
MEGLO - Media Global, SGPS, S.A.	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL - Serviços de Consultoria e Gestão, S.A. ("MC SERVIÇOS")	Barcarena	100	100
Publipartner - Projectos de Media e Publicidade, Unipessoal, Lda. ("Publipartner")	Barcarena	100	100
Med Cap Technologies – Desenvolvimento e Comercialização de Sistemas de Comunicação, S.A. ("MED CAP")	Barcarena	100	100
MCE - Media Capital Edições, Lda. ("MCE")	Barcarena	100	100
EXPANSÃO ECONÓMICA – Eventos, Comércio e Projectos Especiais Audiovisuais, S.A. ("EVENTOS")	Barcarena	100	100
EDIÇÕES EXPANSÃO ECONÓMICA, Lda. ("EXPANSÃO")	Barcarena	100	100
EXPOLIDER – Feiras, Exposições e Congressos, S.A. ("EXPOLIDER")	Barcarena	100	100
CENA EDITORIAL – Edição de Publicações Periódicas, S.A. ("CENA")	Barcarena	100	100
MCR – Radiofonia e Publicidade, Sociedade Unipessoal, S.A. ("MCR")	Barcarena	100	100
CENTRAL DISCOS – Produções Discográficas, S.A. ("CENTRAL DISCOS")	Barcarena	100	100
FAROL MÚSICA – Sociedade de Produção e Edição Audiovisual, Lda. ("FAROL")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL ENTERTAINMENT - Produção de Eventos, Lda. ("ENTERTAINMENT")	Odivelas	100	100
R. CIDADE – Produções Audiovisuais, S.A. ("CIDADE")	Lisboa	100	100
RÁDIO REGIONAL DE LISBOA – Emissões de Radiodifusão, S.A. ("REGIONAL")	Lisboa	100	100
RÁDIO COMERCIAL, S.A. ("COMERCIAL")	Lisboa	100	100
Rádio XXI, Lda. (Nota 7)	Lisboa	100	100
KIMBERLEY TRADING, S.A. ("KIMBERLEY")	Barcarena	100	100
TVI – Televisão Independente, S.A. ("TVI")	Barcarena	100	100
RETI – Rede Teledifusora Independente, S.A. ("RETI")	Barcarena	100	100
MEDIA CAPITAL OUTDOOR - PUBLICIDADE, S.A. ("MC OUTDOOR")	Barcarena	100	100
PRESSETEP – Comunicação e Meios Publicitários, S.A. ("PRESSETEP")	Barcarena	100	100
TCS – Publicidade em Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("TCS")	Barcarena	100	100
STM – Serviços Técnicos de Manutenção de Publicidade, S.A. ("STM")	Barcarena	100	100
PUBLIMETRO – Publicidade em Meios de Transporte e Outros, S.A. ("PUBLIMETRO")	Barcarena	60	60
BTP – Publicidade e Transportes e Meios de Comunicação, S.A. ("BTP")	Barcarena	55	55
PUBLICARRIS – Publicidade na Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, S.A. ("PUBLICARRIS")	Barcarena	55	55
MEDIA CAPITAL – Editora Multimédia, S.A. ("MULTIMÉDIA")	Barcarena	100	100
AGEFINAN - Agência de Notícias Financeiras, S.A. ("AGEFINAN")	Lisboa	100	100
MEDIA CAPITAL TELECOMUNICAÇÕES, S.A. ("MCT")	Barcarena	100	100
IOL NEGÓCIOS - Serviços de Internet, S.A. (a)	Porto	69	69
LÚDICODROME - EDITORA Unipessoal Lda	Barcarena	100	100
UNIDIVISA - Promoção de Projectos de Media, S.A. ("UNIDIVISA")	Barcarena	100	100
FEALMAR – Empresa de Teatro Estúdio de Lisboa, S.A. ("FEALMAR") (b)	Lisboa	70	60
NBP – Produção em Vídeo, S.A. ("NBP") (b)	Lisboa	70	60
MULTICENA – Equipamento de Imagem e Som, S.A. ("MULTICENA") (b)	Lisboa	70	60
Teatro Mais – Actividades Teatrais, Lda. ("Teatro Mais") (c)	Lisboa	-	60
NBP – Ibérica - Producciones Audiovisuales, S.A.	Madrid (ESP)	69	59
CASA DA CRIAÇÃO – Argumentos para Audiovisual, Lda. ("CASA DA CRIAÇÃO")	Lisboa	70	60
EMAV – Empresa de Meios Audiovisuais, Lda. ("EMAV")	Vialonga	64	54
EPC – Empresa Portuguesa de Cenários, Lda. ("EPC")	Vialonga	70	60

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

- a) Até 22 de Fevereiro de 2007, denominada por Directório IOL – Serviços de Internet, S.A..
- b) A Empresa reforçou a sua participação financeira nesta empresa. Em 30 de Junho de 2007, a Empresa encontrava-se a analisar a alocação do preço de compra.
- c) Esta sociedade foi liquidada no primeiro semestre de 2007.

5. EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas, respectivas sedes e a proporção do capital efectivamente detido em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.2007	31.12.2006
CLMC – Multimedia, S.A. ("CLMC")	Lisboa	50	50
TRANSJORNAL – Edições de Publicações, S.A. ("Transjornal")	Lisboa	35	35
TRANSPUBLICIDADE – Publicidade em Transportes, S.A. ("Transpublicidade")	Lisboa	40	40
União de Leiria, SAD ("União de Leiria")	Leiria	20	20
Nanook – Empresa Europeia de Produção de Documentários, Lda. ("Nanook")	Lisboa	16	16

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial conforme indicado na Nota 2.2.b).

6. OUTRAS EMPRESAS

As outras empresas, respectivas sedes e a proporção do capital detido em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem efectiva do capital detido	
		30.06.2007	31.12.2006
CD TOP – Sociedade Internacional de Audiovisual, S.A. ("CD TOP")	Lisboa	23	23
JC Decaux Airport Portugal – Publicidade em Aeroportos, S.A. ("JC Decaux")	Lisboa	15	15
FERGRÁFICA – Artes Gráficas, S.A. ("Fergráfica")	Lisboa	6	6
UNITÉNIS – Sociedade de Empreendimentos de Ténis, S.A. ("Uniténis")	Lisboa	-	-
NP - Notícias de Portugal, Cooperativa de Utentes de Serviço de Informação, CRL	Lisboa	-	-

Os investimentos financeiros nestas empresas encontram-se registados ao custo aquisição ou valor estimado de realização, conforme descrito na Nota 2.2.c).

7. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o primeiro semestre de 2007, não ocorreram alterações ao perímetro de consolidação do Grupo.

8. RELATO POR SEGMENTOS

A identificação dos segmentos reportáveis pelo Grupo baseia-se, essencialmente, na combinação das diferenças nos produtos e serviços e diferenças nos quadros legais dos mercados onde os negócios operam. Estes segmentos são consistentes com a forma como o Grupo analisa o seu negócio. Assim, tendo em consideração os factores acima mencionados, o Grupo identificou os seguintes segmentos reportáveis:

a) Televisão

O segmento da Televisão envolve fundamentalmente a emissão de um canal de TV generalista (TVI), a produção de programas/séries (NBP) e a venda de produtos conexos;

b) Rádio

O segmento de Rádio envolve a emissão da programação das rádios, através de antenas próprias e contratos de utilização de espaço publicitário com terceiros;

c) Outdoor

O segmento Outdoor, refere-se à venda de espaço publicitário em *outdoor* possuindo mobiliário urbano instalado em espaços públicos, transportes públicos e outros;

d) Outros

No segmento "Outros" inclui-se essencialmente o negócio da Imprensa escrita (edição principalmente das revistas Maxmen, Lux, Lux Woman e Casas de Portugal), negócio da Internet (IOL), a "holding" do Grupo e inclui igualmente as eliminações intra-grupo.

Contudo o segmento "Outdoors", encontra-se reportado nas demonstrações financeiras consolidadas como operações em descontinuação. O detalhe dos proveitos e custos relativos aos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 deste segmento encontra-se descrito na Nota 13.

O contributo dos segmentos reportáveis incluídos nas operações em continuação para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é como segue:

	30.06.2007			Consolidado
	Televisão	Rádios	Outros	
Proveitos operacionais:				
Prestações de serviços	75.073.556	6.618.502	7.194.332	88.886.390
Vendas de mercadorias e produtos	5.314.486	-	4.115.911	9.430.397
Outros proveitos operacionais	8.408.430	325.793	(338.175)	8.396.048
Total de proveitos operacionais	88.796.472	6.944.295	10.972.068	106.712.835
Custos operacionais:				
Custo dos programas emitidos	(13.703.030)	-	-	(13.703.030)
Custo das mercadorias vendidas	(1.643.912)	-	(1.006.837)	(2.650.749)
Fornecimentos e serviços externos	(29.182.106)	(3.702.578)	(5.728.437)	(38.613.121)
Custos com o pessoal	(14.963.936)	(2.995.133)	(7.876.273)	(25.835.342)
Amortizações	(3.244.866)	(1.030.736)	(1.405.497)	(5.681.099)
Provisões e perdas de imparidade	(116.863)	-	-	(116.863)
Outros custos operacionais	(593.346)	(163.095)	(93.894)	(850.335)
Total custos operacionais	(63.448.059)	(7.891.542)	(16.110.938)	(87.450.539)
Resultados operacionais	25.348.413	(947.247)	(5.138.870)	19.262.296
Resultados financeiros	21.346	(762.884)	(2.479.911)	(3.221.449)
Resultados antes de impostos	25.369.759	(1.710.131)	(7.618.781)	16.040.847
Impostos sobre o rendimento	(6.795.147)	273.591	1.208.250	(5.313.306)
Resultado das operações em continuação	18.574.612	(1.436.540)	(6.410.531)	10.727.541

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2007 E 2006
(Montantes expressos em Euros)

	30.06.2006			Consolidado
	Televisão	Rádios	Outros	
Proveitos operacionais:				
Prestações de serviços	74.400.352	7.019.220	8.053.348	89.472.920
Vendas de mercadorias e produtos	5.883.931	-	6.273.312	12.157.243
Outros proveitos operacionais	6.963.415	240.407	(164.553)	7.039.269
Total de proveitos operacionais	<u>87.247.698</u>	<u>7.259.627</u>	<u>14.162.107</u>	<u>108.669.432</u>
Custos operacionais:				
Custo dos programas emitidos	(15.909.681)	-	-	(15.909.681)
Custo das mercadorias vendidas	(2.150.697)	-	(1.331.027)	(3.481.724)
Fornecimentos e serviços externos	(26.353.372)	(4.594.713)	(8.657.428)	(39.605.513)
Custos com o pessoal	(13.635.454)	(2.361.635)	(7.771.656)	(23.768.745)
Amortizações	(3.068.871)	(909.031)	(1.115.678)	(5.093.580)
Provisões e perdas de imparidade	(285.969)	-	-	(285.969)
Outros custos operacionais	(268.850)	(296.280)	(102.648)	(667.778)
Total custos operacionais	<u>(61.672.894)</u>	<u>(8.161.659)</u>	<u>(18.978.437)</u>	<u>(88.812.990)</u>
Resultados operacionais	25.574.804	(902.032)	(4.816.330)	19.856.442
Resultados financeiros	(1.431.319)	(752.014)	(1.640.711)	(3.824.044)
Resultados antes de impostos	24.143.485	(1.654.046)	(6.457.041)	16.032.398
Impostos sobre o rendimento	(6.561.506)	323.337	666.157	(5.572.012)
Resultado das operações em continuação	<u>17.581.979</u>	<u>(1.330.709)</u>	<u>(5.790.884)</u>	<u>10.460.386</u>

9. RECEITAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

As receitas operacionais consolidadas, para os semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, repartem-se da seguinte forma:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Operações em continuação</u>		
<u>Vendas:</u>		
Revistas	3.051.470	3.769.603
CD's	5.314.434	5.880.608
Produtos complementares de imprensa	1.059.260	2.265.290
Outras	5.233	241.742
	<u>9.430.397</u>	<u>12.157.243</u>
<u>Prestações de serviços:</u>		
Publicidade em televisão	74.051.857	72.699.866
Publicidade em rádios	6.303.671	6.466.738
Publicidade em imprensa	2.882.329	3.377.253
Publicidade na internet	1.515.360	1.271.601
Internet	1.426.519	3.640.854
Outras	2.706.654	2.016.608
	<u>88.886.390</u>	<u>89.472.920</u>
<u>Outros proveitos operacionais:</u>		
Prestação de serviços de apoio à produção de séries televisivas	2.350.429	1.296.941
Serviços de mensagens escritas	3.982.894	3.438.637
Direitos de transmissão, de exibição e venda de imagens	806.352	884.350
Outros proveitos suplementares	1.256.373	1.419.341
	<u>8.396.048</u>	<u>7.039.269</u>
	<u>106.712.835</u>	<u>108.669.432</u>
<u>Operações em descontinuação (Nota 13)</u>		
<u>Prestações de serviços:</u>		
Publicidade em outdoors	9.292.739	8.586.362
Outras	275.552	214.400
	<u>9.568.291</u>	<u>8.800.762</u>
<u>Outros proveitos operacionais:</u>		
Outros proveitos suplementares	27.258	32.393
	<u>27.258</u>	<u>32.393</u>
	<u>9.595.549</u>	<u>8.833.155</u>

10. CUSTOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros, dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	4.052.988	3.570.997
Diferenças de câmbio desfavoráveis	18.403	35.871
Perdas na valorização de instrumentos derivados (a)	161.017	204.906
Outros custos financeiros	628.732	483.115
	<u>4.861.140</u>	<u>4.294.889</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	694.736	497.616
Diferenças de câmbio favoráveis	213.908	95.633
Rendimentos em participações financeiras	54.467	52.800
Ganhos na valorização de instrumentos derivados	-	80.577
Outros proveitos financeiros	11.094	33.248
	<u>974.205</u>	<u>759.874</u>
	<u>(3.886.935)</u>	<u>(3.535.015)</u>
<u>Atribuível a:</u>		
Operações em continuação	(3.171.748)	(2.866.494)
Operações em descontinuação (Nota 13)	(715.187)	(668.521)

- a) Os valores registados nesta rubrica correspondem à diferença entre o custo incorrido com os swaps de taxa de juro e o valor de mercado destes instrumentos financeiros.

11. DIFERENÇA ENTRE RESULTADOS CONTABILÍSTICO E FISCAL

As empresas do Grupo Media Capital encontram-se sujeitas a imposto sobre lucros em sede de IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, à taxa normal de 25%, acrescida de Derrama à taxa de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 27,5%. A partir de 1 de Janeiro de 2007, os Municípios Portugueses podem lançar a derrama até o limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Altera-se assim a forma de cálculo de até 10% sobre a colecta para até 1,5% sobre o lucro tributável, resultando a partir de 2007 uma taxa de imposto agregada de 26,5%.

No semestre findo em 30 de Junho de 2007, a empresa participada Media Global e as empresas em que esta participa, directa ou indirectamente, pelo menos em 90% e cumprem os requisitos previstos no artigo 63º do Código do IRC, estão abrangidas pelo regime especial de tributação dos grupos de sociedades. As empresas em causa são as seguintes: MC Serviços, MCR, Cidade, Comercial, Regional, Farol, Central Discos, Entertainment, TVI, Kimberley, Multimédia, Med Cap, MCT, Expansão, Eventos, MCE, Expolider, Cena, MC Outdoor, Pissetep, Publipartner, TCS, STM, Unidivisa, Reti, Ludicodrome e Rádio XXI. As restantes empresas do grupo são tributadas individualmente.

As despesas de representação e os encargos com viaturas ligeiras de passageiros são tributados autonomamente à taxa de 5%, independentemente da existência de prejuízos fiscais. São ainda tributados à taxa de 5% os encargos com ajudas de custo e com compensação pela deslocação em viatura própria dos empregados, não facturados a clientes.

Existem prejuízos fiscais reportáveis que deram origem a impostos diferidos activos, conforme evidenciado nos quadros seguintes, calculados de acordo com o enquadramento fiscal vigente e aplicável ao Grupo Media Capital, bem como na actual e melhor expectativa da sua recuperação, atendendo às previsões de resultados fiscais futuros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001. Deste modo, as declarações fiscais das empresas do Grupo dos anos de 2003 a 2006, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correcções à matéria colectável declarada, que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A reconciliação da taxa de imposto dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, é conforme segue:

(a) Reconciliação da taxa de imposto

	<u>30.06.2007</u>	<u>30.06.2006</u>
Resultados antes de impostos	16.040.847	15.764.548
Taxa nominal de imposto	<u>25,00%</u>	<u>27,50%</u>
Imposto estimado	4.010.212	4.335.251
Diferenças permanentes	(48.702)	474.999
Imposto diferido activo não recuperável (i)	800.505	553.092
Ajustamento à colecta (ii)	130.338	167.017
Efeito da alteração do cálculo da taxa da derrama	420.953	-
	<u>5.313.306</u>	<u>5.530.359</u>
Imposto corrente	5.316.616	503.091
Imposto diferido do exercício	<u>(3.309)</u>	<u>5.027.268</u>
	<u>5.313.307</u>	<u>5.530.359</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>33,12%</u>	<u>35,08%</u>

(i) Este montante corresponde a prejuízos fiscais reportáveis gerados no exercício, os quais o Conselho de Administração entende não serem recuperáveis.

(ii) Este montante representa a parcela de impostos relativo à tributação autónoma de certas despesas.

(b) Diferenças temporárias – movimento nos impostos diferidos

	<u>Saldos iniciais</u>	<u>Constituição/ (Reversão)</u>	<u>Saldos finais</u>
<u>Impostos diferidos activos:</u>			
Provisões	3.232.897	51.453	3.284.350
Instrumentos financeiros derivados	(694.616)	(35.123)	(729.739)
Margens entre empresas do grupo não reconhecidas	1.346.341	(108.743)	1.237.598
Prejuízos fiscais reportáveis	6.007.157	(221.180)	5.785.977
Provisão para activos por impostos diferidos não realizáveis	-	-	-
	<u>(4.332.584)</u>	<u>(26.470)</u>	<u>(4.359.054)</u>
	<u>5.559.195</u>	<u>(340.063)</u>	<u>5.219.132</u>
<u>Impostos diferidos passivos:</u>			
Margens entre empresas do grupo não reconhecidas	41.193	20.059	61.252
Custos de refinanciamento	770.177	(338.597)	431.580
Custo amortizado	70.794	(24.820)	45.974
Reservas de reavaliação	12.315	(14)	12.301
	<u>894.479</u>	<u>(343.372)</u>	<u>551.107</u>

12. RESULTADO POR ACÇÃO

Os resultados por acção do semestre foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>30.06.2007</u>	<u>30.06.2006</u>
<u>Operações em continuação e descontinuação</u>		
<u>Resultado</u>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção e básico (resultado líquido do semestre)	11.640.032	10.234.189
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo dos resultado líquido por acção básico	84.513.180	84.513.180
Efeito das acções adicionais decorrentes dos planos de incentivos a empregados	803.200	803.200
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>85.316.380</u>	<u>85.316.380</u>
Resultado por acção		
Básico	0,1377	0,1211
Diluído	0,1364	0,1200
	<u>30.06.2007</u>	<u>30.06.2006</u>
<u>Operações em continuação</u>		
<u>Resultado</u>		
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por acção e básico (resultado líquido do semestre)	10.727.541	10.460.386
<u>Número de acções</u>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo dos resultado líquido por acção básico	84.513.180	84.513.180
Efeito das acções adicionais decorrentes dos planos de incentivos a empregados	803.200	803.200
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>85.316.380</u>	<u>85.316.380</u>
Resultado por acção		
Básico	0,1269	0,1238
Diluído	0,1257	0,1226

13. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

As operações descontinuadas respeitam ao negócio Outdoors. Em 30 de Junho de 2007, o processo de alienação deste negócio encontra-se em curso. A Empresa estima concluir o processo durante o segundo semestre de 2007.

Esta alienação não irá originar quaisquer perdas que devessem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007.

Os resultados das operações descontinuadas foram evidenciados nas demonstrações de resultados dos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 na rubrica de “Resultados das operações descontinuadas”, sendo a sua composição conforme segue:

	2007	2006
Receitas operacionais (Nota 9)	9.595.549	8.833.155
Custos operacionais	(7.620.066)	(8.432.484)
Resultado operacional	1.975.483	400.671
Juros e outros custos financeiros, líquidos (Nota 10)	(715.187)	(668.521)
Resultado antes de impostos	1.260.296	(267.850)
Imposto sobre o rendimento	(347.804)	41.653
Resultado das operações descontinuadas	<u>912.491</u>	<u>(226.197)</u>

Em 30 de Junho de 2007, os activos e passivos afectos às operações descontinuadas foram evidenciadas no balanço consolidado do Grupo na rubrica de “Activos afectos a operações descontinuadas” e “Passivos afectos a operações descontinuadas”, respectivamente, sendo a sua composição conforme segue:

	2007	2006
Activos correntes	7.802.941	4.161.429
Goodwill	27.035.924	24.653.122
Activos intangíveis	8	16
Activos tangíveis	3.535.449	3.883.649
Investimentos em empresas associadas	191.157	191.157
Impostos diferidos activos	173.859	39.148
Total dos activos das operações descontinuadas	<u>38.739.338</u>	<u>32.928.520</u>
Passivo corrente	7.789.394	7.313.778
Passivo não corrente	115.239	568.686
Total dos passivos das operações descontinuadas	<u>7.904.633</u>	<u>7.882.464</u>
Activos, líquidos das operações descontinuadas	<u>30.834.705</u>	<u>25.046.056</u>

Os fluxos de caixa das operações descontinuadas nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, têm a seguinte composição:

	2007	2006
Actividades operacionais	(10.566)	727.421
Actividades de investimento	(660.499)	(1.525.418)
Actividades de financiamento	545.306	(241.283)
Varição de caixa e seus equivalentes	<u>(125.759)</u>	<u>(1.039.280)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 14)	479.681	1.239.461
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 14)	353.922	200.181

14. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 30 de Junho de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Depósitos bancários	8.919.825	7.866.990
Caixa	258.608	264.584
	<u>9.178.433</u>	<u>8.131.574</u>
Caixa e seus equivalentes das actividades em descontinuação (Nota 13)	<u>353.922</u>	<u>479.681</u>
	<u><u>9.532.355</u></u>	<u><u>8.611.255</u></u>

15. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A ACCIONISTAS MAIORITÁRIOS

Em 30 de Junho de 2007, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 84.513.180 acções com o valor nominal de nove cêntimos cada.

Em 30 de Junho de 2007, o capital da MEDIA CAPITAL era detido pelos seguintes accionistas:

	<u>Nº de acções</u>	<u>Percentagem</u>
Vértix, SGPS, S.A. (Grupo PRISA)	62.287.904	73,70
Outros, inferiores a 10% do capital	22.225.276	26,30
	-----	-----
	84.513.180	100,00
	=====	=====

Prémios de emissão de acções: Os prémios de emissão de acções resultam de ágios obtidos com aumentos de capital. Conforme dispõe a legislação em vigor aplicável às sociedades emittentes de acções admitidas à negociação em mercados regulamentados, sujeitos à supervisão da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, os valores englobados nesta rubrica só podem ser utilizados para aumentar o capital ou absorver resultados transitados negativos (sem necessidade de prévia utilização de outras reservas), não podendo ser utilizados para atribuição de dividendos ou para aquisição de acções próprias.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

16. CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL A INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica, durante os períodos findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 e 31 de Dezembro de 2006, foram os seguintes:

Saldo em 31 de Dezembro de 2005	2.857.764
Varição dos capitais próprios em empresas controladas	(3.055)
Resultado atribuível a interesses minoritários	210.221
Saldo em 30 de Junho de 2006	<u>3.064.930</u>
Varição dos capitais próprios em empresas controladas	3.055
Integração no perímetro de consolidação	(16.704)
Resultado atribuível a interesses minoritários	(15.253)
Saldo em 31 de Dezembro de 2006	<u>3.036.028</u>
Integração no perímetro de consolidação	(641.787)
Resultado atribuível a interesses minoritários	284.163
Saldo em 30 de Junho de 2007	<u><u>2.678.404</u></u>

17. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	30.06.2007				31.12.2006			
	Valor de balanço		Valor nominal		Valor de balanço		Valor nominal	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Empréstimos bancários (a)	555.555	76.754.450	555.555	78.731.480	23.055.555	49.405.745	23.055.555	53.008.931
Credores por locações financeiras (b)	882.004	1.036.709	882.004	1.036.709	561.254	536.602	561.254	536.602
Factoring (c)	4.941.809	-	4.941.809	-	4.984.289	-	4.984.289	-
Outros empréstimos (d)	206.666	6.218	213.556	6.218	268.901	6.540	286.126	6.540
	<u>6.586.034</u>	<u>77.797.377</u>	<u>6.592.924</u>	<u>79.774.407</u>	<u>28.869.999</u>	<u>49.948.887</u>	<u>28.887.224</u>	<u>53.552.073</u>

- (a) Este montante inclui o empréstimo em papel comercial, o qual teve início em final de Fevereiro de 2007, após uma reestruturação na forma de endividamento do Grupo, denominado em Euros e destinado a financiar aquisições de participações financeiras e operações correntes. Este empréstimo foi contratado com três instituições bancárias e tem carácter de médio e longo prazo. O empréstimo tem o seguinte detalhe, em termos de valor nominal, total contratado e respectivo plano de amortização:

	30 Junho de 2007	Total contratado
Papel Comercial	78.500.000	95.000.000
	=====	=====

Plano de amortização:

	<u>Valor a amortizar</u>
28-Ago-08	1.500.000
28-Fev-09	1.500.000
28-Ago-09	3.000.000
28-Fev-10	3.000.000
21-Ago-10	5.000.000
28-Ago-10	4.500.000
21-Fev-11	10.000.000
28-Fev-11	4.500.000
21-Ago-11	10.000.000
28-Ago-11	6.000.000
21-Fev-12	10.000.000
28-Fev-12	6.000.000
	<u>65.000.000</u>

O restante montante de 30.000.000 Euros será amortizado no final do contrato efectuado com uma das instituições bancárias, sendo a data máxima para reembolso dia 23 Fevereiro de 2012.

Em 30 de Junho de 2007 este empréstimo vencia juros à taxa Euribor acrescida de um spread variável.

Estes empréstimos consideram o cumprimento com determinados compromissos financeiros, que estão a ser cumpridos em 30 de Junho de 2007.

Adicionalmente, encontra-se registado nesta rubrica um empréstimo da NBP no valor de 786.794 Euros (Nota 21) que vence juros à taxa Euribor acrescida de um *spread* de 1.25 %. Este empréstimo deverá ser pago em 17 prestações mensais de 46.282 Euros, de Julho de 2007 a Novembro de 2008.

- (b) Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o Grupo Media Capital mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	<u>30.06.2007</u>		
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Equipamento básico	1.111.944	192.470	919.475
Equipamento de transporte	2.490.277	1.810.312	679.964
Equipamento administrativo	305.397	154.608	150.789
Outras imobilizações corpóreas	185.930	106.910	79.020
	<u>4.093.548</u>	<u>2.264.300</u>	<u>1.829.248</u>
	<u>31.12.2006</u>		
	<u>Custo de aquisição</u>	<u>Amortizações acumuladas</u>	<u>Valor líquido</u>
Equipamento básico	369.074	193.243	175.831
Equipamento de transporte	2.468.702	1.701.776	766.926
Equipamento administrativo	305.397	133.238	172.159
Outras imobilizações corpóreas	185.930	97.613	88.317
	<u>3.329.103</u>	<u>2.125.870</u>	<u>1.203.233</u>

O valor das rendas vincendas de contratos de locação financeira tem o seguinte detalhe:

		<u>30.06.2007</u>	<u>31.12.2006</u>
<u>Curto prazo:</u>			
	2007	-	549.921
	2008	882.004	-
		<u>882.004</u>	<u>549.921</u>
<u>Médio e longo prazo:</u>			
	2008	-	517.575
	2009	767.831	11.531
	2010	268.879	-
		<u>1.036.710</u>	<u>529.106</u>

- (c) A rubrica *Factoring* refere-se a montantes adiantados por entidades financeiras, correspondentes a facturas emitidas pela participada FEALMAR. Estes adiantamentos vencem juros à taxa Euribor acrescida de um *spread* de 1,0%.
- (d) Os outros empréstimos incluem o empréstimo do IAPMEI, que consiste em subsídios concedidos no âmbito do Programa Operacional da Economia. Este empréstimo deverá ser pago de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>Valor nominal a amortizar</u>
2007	213.556 =====
2008	4.146
2009	2.072
	----- 6.218 =====

18. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição, com o respectivo plano de pagamentos:

	<u>30.06.2007</u>			
	Julho 2007 a Junho 2008	Julho 2008 a Junho 2009	Seguintes	Total
Estado e outros entes públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	163.808	166.108	107.225	437.141
Dívida pela aquisição da Expolider	49.256	-	-	49.256
	<u>213.064</u>	<u>166.108</u>	<u>107.225</u>	<u>486.397</u>
	<u>31.12.2006</u>			
	2008	2009	2010 e seguintes	Total
Estado e outros entes públicos - dívidas integradas em planos de pagamento	176.358	176.358	178.327	531.043
Dívidas a pagar ao abrigo do Processo Especial de Recuperação de Empresas	2.353.451	-	-	2.353.451
Dívida pela aquisição da Expolider	258.415	-	-	258.415
	<u>2.788.224</u>	<u>176.358</u>	<u>178.327</u>	<u>3.142.909</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, o Grupo tinha contratado instrumentos financeiros derivados, essencialmente com o objectivo de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro. A contratação deste tipo de instrumentos financeiros é efectuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações. As referidas operações são sujeitas a aprovação prévia do Conselho de Administração. O valor de mercado (*fair value*) destes instrumentos é apurado regular e periodicamente ao longo do ano, no sentido de permitir uma avaliação contínua destes instrumentos e das respectivas implicações financeiras.

Em 30 de Junho de 2007, os instrumentos derivados contratados do Grupo estão classificados, no balanço, como instrumentos financeiros para negociação e são conforme segue:

Equity swap sobre acções próprias

Em exercícios anteriores, a Empresa contratou com uma instituição financeira, um *equity swap* sobre acções próprias, associado ao plano de incentivos a empregados. Aquele instrumento financeiro prevê que sejam adquiridas acções próprias até ao valor máximo de 10.000.000 Euros. Em 30 de Junho de 2007 e em 31 de Dezembro de 2006, aquela instituição financeira tinha adquirido cerca de 1.146.783. Em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 o valor de mercado deste instrumento financeiro é positivo e ascende a 2.805.494 Euros.

Derivados de taxa de juro

Em 30 de Junho de 2007, o Grupo tem contratado *swaps* de taxa de juro com objectivo de cobertura de risco da taxa de juro de parte dos empréstimos contratados. Em 30 de Junho de 2007, o valor de mercado ascendia a 51.764 Euros negativos (184.302 Euros negativos em 31 de Dezembro de 2006).

Estes derivados encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas por instituições financeiras. As variações do justo valor foram registadas na demonstração de resultados na rubrica custos financeiros líquidos (Nota 10).

20. SALDOS E TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006 e as transacções efectuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, no período referido, são os seguintes:

	30.06.2007							
	Clientes e contas a receber	Outros activos correntes	Fornecedores	Outros passivos correntes	Prestação de serviços	Outros proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Fornecimentos e serviços externos
CLMC	2.478.085	1.589.679	211.084	7.047	405.426	4.067	339.375	-
Transjornal	483.121	100.423	300.841	436	122.955	4.769	33.960	144.705
Transpublicidade	486.370	6.531	-	-	305.907	-	-	918.506
União de Leiria	124.449	-	-	-	28.050	-	-	-
CD TOP	-	1.496	1.050	-	-	-	-	-
Outros	3.829	250	38.253	2.998	66	366	-	-
	<u>3.575.854</u>	<u>1.698.379</u>	<u>551.228</u>	<u>10.481</u>	<u>862.404</u>	<u>9.202</u>	<u>373.335</u>	<u>1.063.211</u>

	31.12.2006								
	Clientes e contas a receber	Outros activos correntes	Fornecedores	Outros passivos correntes	Vendas	Prestação de serviços	Outros proveitos operacionais	Proveitos financeiros	Fornecimentos e serviços externos
CLMC	2.175.690	1.342.837	211.084	28.733	1.714	1.393.172	-	626.349	126.692
Transjornal	420.907	94.882	149.574	436	-	614.917	3.920	64.588	184.110
Transpublicidade	115.469	4.336	-	-	-	526.959	-	-	1.499.583
União de Leiria	90.508	-	-	-	-	56.100	-	-	-
CD TOP	-	1.496	1.050	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	38.253	199	-	-	-	-	2.487
	<u>2.802.574</u>	<u>1.443.551</u>	<u>399.961</u>	<u>29.368</u>	<u>1.714</u>	<u>2.591.148</u>	<u>3.920</u>	<u>690.937</u>	<u>1.812.872</u>

As transacções efectuadas com as empresas participadas CLMC e Transjornal referem-se, essencialmente, à prestação de serviços de publicidade e a juros obtidos de empréstimos de suprimento concedidos. Para além destas, não foram efectuadas outras transacções com partes relacionadas, consideradas relevantes.

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 30 de Junho de 2007, a MEDIA CAPITAL tinha prestado garantias bancárias e outras a terceiros, de acordo com o seguinte detalhe:

Garantias bancárias – fornecedores de programas	5.390.000
Warner Music – garantia bancária no âmbito do acordo com a ENTERTAINMENT (a)	1.500.000
Direcção Geral de Impostos – processos de execução fiscal (b)	1.421.647
CLMC – carta de crédito com 20 th Century Fox Home Entertainment (d)	900.000
Garantia bancária – valor em dívida pela aquisição da EXPOLIDER (c)	645.943
IAPMEI (Nota 27.d))	442.009
Processos judiciais e outros (b)	401.301
Aval relacionado com projectos de expansão de rádio	303.158
União de Leiria, SAD	149.639
CLMC – Livrança avalizada	125.000
Garantias suporte a contratos de arrendamento	66.000
CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.	61.807
Garantias bancárias de suporte a contratos de fornecimento de energia eléctrica	24.482
EPUL – Empresa Pública de Urbanização de Lisboa	11.684
Outros	4.988

	15.367.658
	=====

- (a) Garantia bancária no âmbito do acordo de distribuição exclusiva entre a Warner Music Portugal e a ENTERTAINMENT.
- (b) Processos parcialmente provisionados em função dos pareceres obtidos por parte dos consultores fiscais e legais.
- (c) Dívidas registadas em balanço.
- (d) Garantia bancária no âmbito do acordo de distribuição exclusiva de direitos sobre produtos em DVD e vídeo.

A NBP deu como hipoteca um edifício de sua propriedade como garantia de um empréstimo de 786.794 Euros (Nota 17).

22. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações auferidas pelos membros dos órgãos de administração da Empresa, nos semestres findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, foram de 829.300 Euros e 651.833 Euros, respectivamente. Estas remunerações foram auferidas nas diversas empresas incluídas na consolidação.

As remunerações atrás referidas, auferidas no semestre findo em 30 de Junho de 2007 foram remunerações fixas e variáveis. No semestre findo em 30 de Junho de 2006, as remunerações foram na totalidade remunerações fixas.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO